

Sede Administrativa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA ou Companhia) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas, parecer do Conselho Fiscal, relatório dos auditores independentes e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades econômicas, com o avanço da vacinação contra a Covid-19 e fim de muitas restrições, que limitavam o funcionamento e capacidade de ocupação de instituições de ensino, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Por outro lado, vivenciamos um ambiente macroeconômico conturbado, com destaque para o aumento da taxa Selic, que atingiu o patamar de 13,75%, impactando negativamente o resultado financeiro de muitas empresas.

A Companhia obteve uma performance positiva nos seus indicadores financeiros, registrando um crescimento da receita operacional líquida na ordem de 17,68% em comparação a 2021, e avanço do EBITDA em 19,68% no mesmo período. Diante desse crescimento, os indicadores de rentabilidade também apresentaram resultados positivos, como o retorno sobre o patrimônio líquido, que chegou a 20,07% em 2022.

No tocante ao relacionamento com os clientes, mantivemos a isenção da cobrança da tarifa de água e esgoto para as famílias de baixa renda, cadastradas na tarifa social, que consomem até 10 metros cúbicos, beneficiando uma população de cerca de 88 mil habitantes.

A busca da SANASA pela universalização do saneamento no município de Campinas foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos de mais de R\$ 132 milhões em 2022. Foram mais de oito mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e mais de cinco mil aos serviços de coleta e afastamento de esgoto.

Para assegurar a universalização do saneamento e a excelência na prestação dos serviços de saneamento, o Conselho de Administração da SANASA aprovou o plano de investimentos para os próximos cinco anos, com aportes que serão suportados pela captação de recursos no mercado e pela geração de caixa da Companhia.

Chegamos ao final de 2022 preparados para demonstrar nossa capacidade de geração de valor aos *stakeholders*, com resiliência para vencer os desafios, mantendo o compromisso de contribuir para a qualidade de vida da população, atendendo com excelência às necessidades de saneamento básico de Campinas e região.

1. Perfil Corporativo

A SANASA é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, Estado de São Paulo. A empresa capta água dos Rios Atibaia (98,61%) e Capivari (1,39%) para abastecer toda a cidade.

Atualmente, a SANASA atende com água potável encanada 99,81% da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento que possuem capacidade de tratamento de até 4.600 litros/segundo. O volume de água potável produzido em 2022 foi de mais de 100 milhões de metros cúbicos, transportado por meio de 4.818,91 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 73 reservatórios distribuídos pela cidade (26 elevados e 47 semienterrados), com capacidade total de 142.098,37 m³. Esse sistema contempla 382.901 ligações de água e 535.972 economias, todas equipadas com hidrômetros.

Além disso, a Companhia também é responsável pelo sistema de esgotamento sanitário, que atende a 96,42% da população urbana da cidade, com 353.446 ligações e 488.622 economias, por meio de 4.428,59 km de redes, emissários e interceptores, além de 117 Estações Elevatórias de Esgoto, 21 Estações de Tratamento de Esgoto e 2 Estações de Produção de Água de Reúso (EPAR). A capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 95%, e do esgoto coletado, 90,04% são tratados.

Indicadores	Quantidade	Unidade
Gerais		
População do Município de Campinas (*)	1.223.237	Habitantes
Número de Empregados Próprios (SANASA) em 31/12/2022	2.137	Funcionários
Número de Empregados Terceirizados em 31/12/2022	1.399	Funcionários
Agências de Atendimento ao Público	10 fixas e 2 móveis	Unidade
Água		
População Atendida com Água	99,81%	Percentual
Economias de Água	535.972	Unidade
Ligações de Água	382.901	Unidade
Extensão da Rede de Água	4.818,91	km
Volume de Água Captada e Bombçada (acumulado em 2022)	106.762.213	m ³
Volume de Água Tratada e Distribuída (acumulado em 2022)	100.405.026	m ³
Volume de Outorga Rio Atibaia	4.700	l/s
Volume de Outorga Rio Capivari	366,67	l/s
Volume Faturado de Água	88.067.409	m ³
Captações de Água	2	Unidade
Estações de Tratamento de Água (ETAs)	5	Unidade
Capacidade de Tratamento das ETAs	4.600	l/s
Estação de Tratamento de Lodo de ETAs (ETL)	1	Unidade
Centros de Reservação e Distribuição	42	Unidade
Reservatórios	73	Unidade
Volume de Reservação	142.098,37	m ³
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	20,19%	Percentual
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	10,73%	Percentual
Esgoto		
População Atendida com Coleta e Afastamento de Esgoto	96,42%	Percentual
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	95,00%	Percentual
Índice de Tratamento de Esgoto	90,04%	Percentual
Economias de Esgoto	488.622	Unidade
Ligações de Esgoto	353.446	Unidade
Extensão da Rede de Esgoto	4.428,59	km
Volume Faturado de Esgoto	77.450.987	m ³
Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs)	117	Unidade
Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	21	Unidade
Estações de Produção de Água de Reúso (**)	2	Unidade

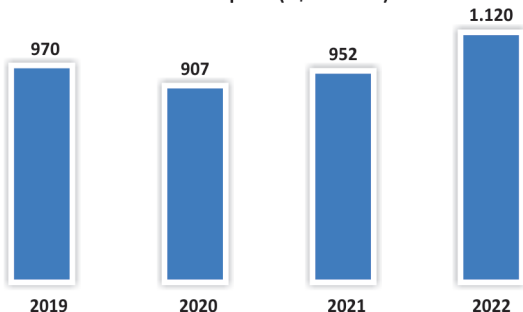
* Estimativa IBGE 2021 - O IBGE está em fase final do Censo 2022.

** 1 em fase de operação e 1 em fase de pré-operação.

2. Desempenho Econômico-financeiro

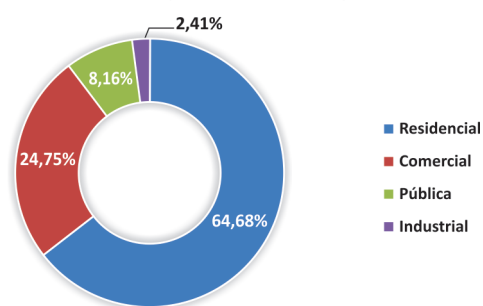
A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 17,68%, quando comparada ao ano de 2021, influenciada, principalmente, pelos seguintes fatores: reajuste tarifário de 15,92% para as tarifas de água e esgoto e de 10,74% para os demais serviços, com vigência a partir de fevereiro de 2022, conforme Resolução ARES-PCJ nº 409/2021, ampliação do número de clientes, sendo 8.152 novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 5.834 aos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário; término das restrições das aulas presenciais nas instituições de ensino; e fim das limitações de horários de funcionamento e de capacidade de ocupação dos estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços.

Receita Líquida (R\$ milhões)

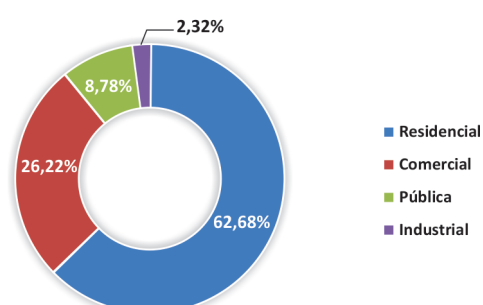


A estrutura tarifária da Companhia é dividida em categorias residencial, comercial, pública e industrial. A receita é composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais no município de Campinas, representando 64,68% das receitas de água e 62,68% das receitas de esgoto.

Composição da Receita de Água (%)



Composição da Receita de Esgoto (%)



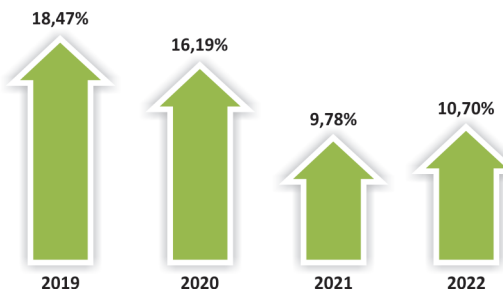
O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R\$ 291.883 mil em 2022, contra R\$ 243.884 mil no ano anterior, o que representa um crescimento de 19,68%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 26,07% em 2022, ante 25,63% em 2021. Esse resultado positivo é decorrente do crescimento de 17,68% na receita operacional líquida, ao passo que os custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações, e líquido das outras receitas) tiveram um aumento de 17,00%.

Vale ressaltar que a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí publicou, em 29 de dezembro de 2022, a Resolução ARES-PCJ nº 473, que revisa os valores das tarifas de água e esgoto da Companhia em 9,04%, e reajusta os valores dos preços públicos dos demais serviços em 7,17%, a partir de fevereiro de 2023.

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	2019	2020	2021	2022
(=) Resultado Líquido do Exercício	179.185	146.914	93.096	119.811
(±) Tributos sobre o lucro	15.466	9.340	6.400	9.655
(+) Resultado financeiro	52.529	21.865	73.076	92.262
(+) Depreciações e amortizações	75.872	74.394	71.312	70.155
(=) EBITDA	323.052	252.513	243.884	291.883
(+) Receita Operacional Líquida	970.090	907.244	951.540	1.119.809
(=) Margem EBITDA (%)	33,30%	27,83%	25,63%	26,07%

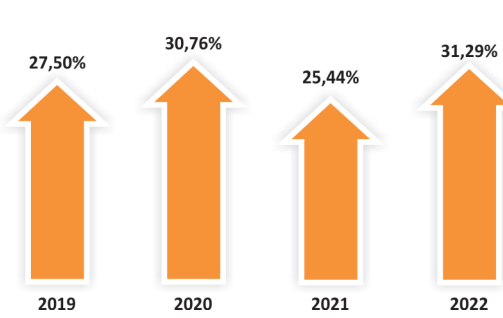
A SANASA registrou um crescimento de 28,70% no lucro líquido, que foi de R\$ 119.811 mil em 2022 (R\$ 93.096 mil em 2021). A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 10,70%, ante uma margem líquida de 9,78% apurada no ano de 2021.

Margem Líquida (%)



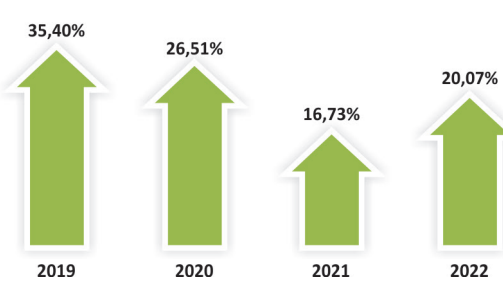
Em 2022, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 31,29%, frente ao índice de 25,44% registrado no ano anterior.

Composição do Endividamento (%)



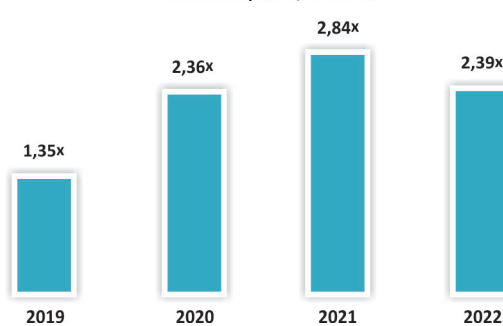
A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 20,07%, ante uma rentabilidade de 16,73% obtida no ano anterior.

Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (%)



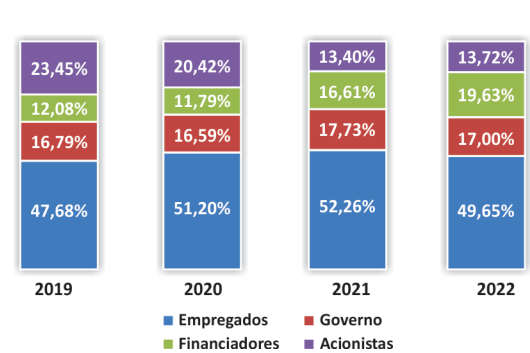
A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou um acréscimo de 0,86%, passando de R\$ 691.465 mil em 2021, para R\$ 697.388 mil em 2022. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA, que mede o índice de alavancagem, foi reduzida de 2,84 vezes, em 2021, para 2,39 vezes em 2022.

Dívida Líquida / EBITDA



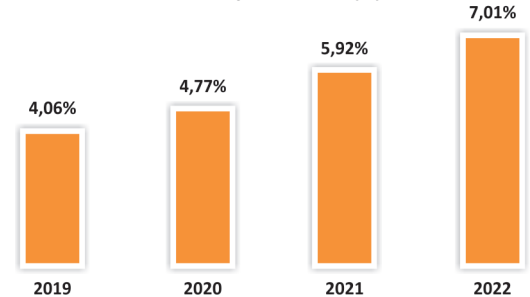
Em 2022, a SANASA gerou R\$ 873.527 mil em valores tangíveis para a sociedade, que representa um acréscimo de 25,73% em relação à distribuição do valor adicionado de 2021. Esse número engloba pagamento de tributos, juros, aluguéis, remuneração e benefícios a empregados e administradores, além da remuneração aos acionistas. Dos valores adicionados e não distribuídos, destaca-se o lucro líquido do exercício não distribuído, que em 2022 foi de R\$ 64.806 mil. Esse montante é utilizado para investimentos em políticas públicas de saneamento, trazendo benefícios para toda a sociedade.

Geração de Valor



O índice de inadimplência total, que corresponde ao faturamento vencido e não arrecadado no período de um ano, atingiu 7,01% em 2022, superior ao índice de 5,92% apurado em 2021.

Inadimplência Total (%)



3. Investimentos (CAPEX)

A SANASA realizou um montante de investimentos de R\$ 132.225 mil em 2022, inferior em 28,58% ao valor efetivado no ano anterior (R\$ 185.132 mil), sendo 65,06% destinados às obras de abastecimento de água, 26,17% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 8,77% restantes aplicados em outros investimentos. Do investimento total, 42,82% foram financiados com recursos de terceiros e 57,18% com recursos próprios.

Nos sistemas de abastecimento de água foram investidos R\$ 86.027 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): construção de sistema de equalização de água de lavagem de filtros e decantadores das estações de tratamento de água 1 e 2; obras da subadutora PUCC e derivações; reservatórios e CRD's nos bairros Jardim Conceição, Parque Jambuí, João Erbolato, Nova Europa, Paranapanema, PUC 2, Sousas, Santa Terezinha, Taquaral, Parque Ozil/Monte Cristo, Campo Grande, Real Parque; sistemas de abastecimento nos bairros Bananal, Gargantilha e Monte Belo; construção de subestação de 138 kV na captação do rio Atibaia; substituição de redes nos bairros Jardim Garcia, Vila Pe. Manoel da Nóbrega, Jardim Pauliceia, Jardim São Vicente, Jardim São Pedro, Jardim São Gabriel, Vila Tupi, Vila Georgina, Jardim Samambaia, Jardim Esmeraldina, Jardim Dom Vieira, Jardim Leonor, Bonfim, Jardim Botafogo, Vila Castelo Branco, Vila Independência, Cidade Jardim, Jardim do Lago I, Jardim Novo Campos Elíseos, Vila Pompeia, Vila Boa Vista, Jardim Eulina, Jardim Santana, Jardim Bela Vista, Distrito de Sousas e na Av. Luiz de Tella no Distrito de Barão Geraldo.

No que se refere aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto foram investidos R\$ 34.603 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): interceptor de esgoto em método não destrutivo (MND) da ETE Ciatec para EPAR Boa Vista; execução de rede de esgoto e direcionamento ao sistema de tratamento no bairro Chácara Santo Antonio do Maracaju; sistema de esgotamento sanitário do Núcleo Residencial Santo Antônio; sistema de esgotamento do Capivari II; sistema de esgotamento sanitário do Jardim Lisa II e sistema de esgotamento sanitário Chácara Gramado II e região.

Em 31/12/2022, o imobilizado da Companhia, líquido das depreciações, atingiu o montante de R\$ 1.349.093 mil.

4. Desempenho Operacional

Em 2022 a SANASA alcançou um volume faturado de água de 88.067 mil m³, 0,87% superior ao apurado no ano de 2021. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,19% em 2022, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (40,25%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2021). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 10,73% em 2022, também inferior à média de perdas de 37,56% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto dos últimos quatro anos, segregados por categoria de consumidores, em milhares de m³, bem como a variação percentual anual do mesmo período.

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Água (milhares de m ³)				Variação %		
	2019	2020	2021	2022	2020 x 2019	2021 x 2020	2022 x 2021
Residencial	73.002	73.795	77.471	77.081	1,09%	4,98%	-0,50%
Comercial	8.722	7.704	8.030	8.639	-11,67%	4,23%	7,58%
Pública	2.498	1.305	1.361	1.876	-47,76%	4,29%	37,84%
Industrial	507	466	448	471	-8,09%	-3,86%	5,13%
Total	84.729	83.270	87.310	88.067	-1,72%	4,85%	0,87%

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Esgoto (milhares de m ³)				Variação %		
	2019	2020	2021	2022	2020 x 2019	2021 x 2020	2022 x 2021
Residencial	64.039	64.754	67.749	67.238	1,12%	4,63%	-0,75%
Comercial	8.164	7.164	7.452	8.182	-12,25%	4,02%	9,80%
Pública	1.738	1.313	1.320	1.597	-24,45%	0,53%	20,98%
Industrial	512	422	448	434	-17,58%	6,16%	-3,13%
Total	74.453	73.653	76.969	77.451	-1,07%	4,50%	0,63%

5. Relacionamento com os Colaboradores

A SANASA conta atualmente com 2.137 empregados próprios contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 2022, 88 empregados se desligaram da Companhia, sendo 30,68% através do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), que se trata de um importante instrumento para valorização e reconhecimento da dedicação e história de cada empregado.

Em sua maioria os empregados são do gênero masculino, brancos e possuem, em média, 47 anos de idade. O tempo médio dos empregados na Companhia é de 17 anos. As mulheres representam 19,19% do total de empregados e ocupavam 31,91% dos cargos de liderança. Já os negros e pardos ocupavam 27,86% do efetivo e 7,80% dos cargos de liderança. Além disso, a Companhia propicia oportunidade de trabalho a 44 estagiários e 61 jovens aprendizes. A rotatividade de pessoal (*turnover*) em 2022 foi de 4,31%.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia está sujeita a uma Política para Contratação de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 18/12/2018, que se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. A referida política disciplina os procedimentos de contratação envolvendo a atual empresa de auditoria independente para a realização de serviços extra auditoria, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à aprovação do Comitê de Auditoria Estatutário. Tal documento define, ainda, uma lista de serviços não relacionados à auditoria externa cuja contratação é vedada.

Em 2022, a SANASA pagou à TATICCA Auditores Independentes S.S. uma remuneração total de R\$ 69,3 mil, sendo: R\$ 51,3 mil para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras; R\$ 12 mil pela auditoria do relatório de sustentabilidade e balanço social do exercício de 2021; e R\$ 6 mil pela revisão do relatório operacional em forma longa do exercício de 2021, para atender as exigências do contrato nº 150167-52 firmado com a Caixa Econômica Federal, cláusula 6ª, subitem 6.2.3. A TATICCA Auditores Independentes S.S. nos comunicou que a prestação dos serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras não afetou a sua independência e integridade necessárias à execução dessa atividade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.884	84.994	Empréstimos e financiamentos	13	150.310	116.779
Contas a receber e fornecimentos a faturar	5 e 15	227.219	207.024	Fornecedores		72.836	45.190
Estoques	6	20.840	16.670	Salários e encargos sociais	16	92.743	54.040
Impostos e contribuições a compensar	7	730	3.197	Impostos e contribuições a recolher	14	19.204	19.704
Antecipações salariais		3.963	3.286	Provisões para benefícios a empregados	17	18.065	13.288
Despesas antecipadas		1.174	681	Dividendos e JCP a pagar	20	6.263	28.346
Outras contas a receber		347	131	Receitas diferidas	19	9.326	10.251
Total do Ativo Circulante		336.157	315.983	Débito faturamento residencial - ARES PCJ 352/2020		1.922	2.131
				Outras contas a pagar		7.037	5.878
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		377.706	295.607
Realizável a Longo Prazo				NÃO CIRCULANTE			
Bancos - contas vinculadas	9	14.893	13.034	Empréstimos e financiamentos	13	628.962	659.680
Contas a receber de clientes	5 e 15	36.433	78.632	Tributos diferidos	25	6.931	11.327
Ativos fiscais diferidos	8	8.959	8.360	Receitas diferidas	19	150.520	159.502
Depósitos judiciais	10	62.460	29.603	Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	4.965	3.715
Outras contas a receber		2.143	980	Provisões para benefícios a empregados	17	36.467	30.876
Total do Realizável a Longo Prazo		124.888	130.609	Outros		1.536	1.466
Investimentos		262	252	Total do Passivo Não Circulante		829.381	866.566
Imobilizado	11	1.349.093	1.247.680	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangíveis	12	30.374	28.043	Capital social realizado	20	508.210	453.185
Total do Ativo Não Circulante		1.504.617	1.406.584	Reservas de capital		1.946	3.399
TOTAL DO ATIVO		1.840.774	1.722.567	Reservas de lucros	20	90.401	79.167
				Dividendo adicional proposto	20	48.742	26.659
				Outros resultados abrangentes		(15.612)	(2.016)
				Total do Patrimônio Líquido		633.687	560.394
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.840.774	1.722.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto, resultado por ação em reais)

	Nota	2022	2021
Receitas de Vendas e Serviços	21	1.119.809	951.540
Custos dos Serviços Vendidos	22	(602.018)	(528.598)
Resultado Bruto		517.791	422.942
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas com vendas	22	(129.728)	(106.353)
Despesas administrativas	22	(224.842)	(182.932)
Outras despesas/receitas operacionais	24	58.507	38.915
		(296.063)	(250.370)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		221.728	172.572
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	23	53.783	27.654
Despesas financeiras	23	(146.045)	(100.730)
		(92.262)	(73.076)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		129.466	99.496
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(13.304)	(6.683)
Diferido	14	3.649	283
		(9.655)	(6.400)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20	119.811	93.096
Resultado por ação ordinária-básico e diluído		0,24	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
				Incentivos Governamentais	Para Investimentos	Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		453.185	3.399	22.742	58.170	15.168				552.664
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	93.096	-	-	93.096
Destinação do resultado do exercício:										
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.215)	(2.215)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	199	199
Incentivos governamentais	-	-	-	11.587	-	-	(11.587)	-	-	-
Reserva legal	20	-	-	-	-	4.075	(4.075)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	(4.646)	-	-	(4.646)
Dividendos e juros de capital próprio	20	-	-	-	(55.004)	-	(23.700)	-	-	(78.704)
Dividendo adicional proposto	20	-	-	-	-	-	(26.659)	26.659	-	-
Reserva de lucros para investimentos	20	-	-	-	22.429	-	(22.429)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		453.185	3.399	34.329	25.595	19.243		26.659	(2.016)	560.394
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	119.811	-	-	119.811
Destinação do resultado do exercício:										
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.941)	(14.941)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	1.345	1.345
Incentivos governamentais	-	-	-	9.951	-	-	(9.951)	-	-	-
Reserva legal	20	-	-	-	-	5.493	(5.493)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	(6.263)	-	-	(6.263)
Dividendos e juros de capital próprio	20	-	-	-	-	-	-	(26.659)	-	(26.659)
Dividendo adicional proposto	20	-	-	-	-	-	(20.005)	20.005	-	-
Juros sobre capital próprio proposto	20	-	-	-	-	-	(28.737)	28.737	-	-
Reserva de lucros para investimentos	20	-	-	-	49.362	-	(49.362)	-	-	-
Capitalização de reservas	20	55.025	(1.453)	(34.329)	-	(19.243)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		508.210	1.946	9.951	74.957	5.493		48.742	(15.612)	633.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
1 - RECEITAS	1.184.847	1.013.838
1.1) Abastecimento de água e saneamento	1.119.129	948.297
1.2) Prestação de serviços	42.785	38.816
1.3) Redes de água e esgoto	6.380	5.577
1.4) Outras receitas (despesas) operacionais	58.507	38.915
1.5) Receitas relativas à construção de ativos próprios	19.375	28.477
1.6) Perdas com créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	(61.329)	(46.244)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(294.948)	(275.398)
2.1) Matérias-primas consumidas	(37.921)	(29.242)
2.2) Custos dos serviços vendidos	(183.360)	(185.213)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(73.667)	(60.943)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	889.899	738.440
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(70.155)	(71.312)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	819.744	667.128
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	53.783	27.653
6.1) Receitas financeiras	53.783	27.653
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	873.527	694.781
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	873.527	694.781
8.1) Empregados	433.735	363.065
8.1.1) Remuneração direta	310.790	259.537
8.1.2) Benefícios	100.639	84.823
8.1.3) F.G.T.S.	22.306	18.705
8.2) Tributos	148.521	123.188
8.2.1) Federais	137.402	114.929
8.2.2) Estaduais	4.642	3.192
8.2.3) Municipais	6.477	5.067
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	171.460	115.432
8.3.1) Juros	87.510	73.974
8.3.2) Aluguéis	25.415	14.702
8.3.3) Outras despesas financeiras	58.535	26.756
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	119.811	93.096
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	35.000	23.700
8.4.2) Dividendos	20.005	31.305
8.4.3) Lucros Retidos	64.806	38.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixas das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	129.466	99.496
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas Atividades Operacionais:		
Depreciações e amortizações	70.155	71.312
Custo das baixas do ativo imobilizado	313	212
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	51.881	40.198
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9.448	6.046
Tributos diferidos e a compensar	(4.995)	(472)
Juros sobre financiamentos	104.779	85.500
Subvenções governamentais realizadas	(9.952)	(11.584)
Encargos financeiros antecipados	1.476	1.476
Encargos financeiros arrendamentos	5.836	2.763
Juros sobre tributos parcelados	-	207
Variações monetárias sobre financiamentos	16.500	9.400
Ajustes dos planos de benefícios a empregados	(13.596)	(2.015)
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	1.250	(277)
Ajustes arrendamentos	(60.001)	-
	302.560	302.262
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber e fornecimentos a faturar	(39.815)	(63.310)
Estoques	(4.170)	16.075
Contas a pagar fornecedores	27.646	(30.433)
Contas a pagar a empregados ou por conta de empregados	16.767	(33.254)
Despesas antecipadas	(1.546)	(366)
Juros pagos	(103.549)	(82.503)
Imposto de renda e contribuição social	(7.688)	31.012
Depósitos vinculados	(1.859)	5.072
	(114.214)	(157.707)
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	188.346	144.555
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento		
Compra de ativo imobilizado	(132.225)	(185.132)
Caixa líquido consumido pelas Atividades de Investimento	(132.225)	(185.132)
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento		
Financiamentos obtidos	46.465	409.285
Arrendamentos	85.728	29.502
Encargos financeiros	(27.031)	(7.672)
Pagamentos de dividendos	(55.004)	(55.004)
Amortizações de financiamentos	(76.357)	(245.835)
Pagamento arrendamentos financeiros	(33.032)	(23.934)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Atividades de Financiamento	(59.231)	106.342
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.110)	65.765
Saldo Inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	84.994	19.229
Saldo Final do Caixa e Equivalentes de Caixa	81.884	84.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, Estado e União.

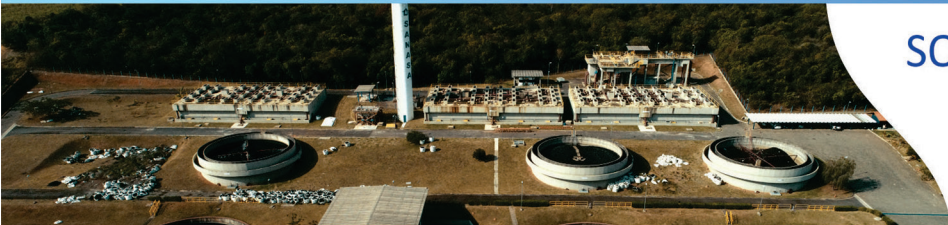
Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

A SANASA, por ser uma empresa de economia mista, não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme disposto no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Barão Geraldo

continuação >>>

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos. A Companhia não mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar operações de antecipação de recebíveis com seus fornecedores.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo por meio do Resultado" que abrangem caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 27.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de softwares.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído ao custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valor abaixo de 5 mil dólares). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental no arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra do bem, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra do bem, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças do índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).

O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesses casos, o passivo de arrendamento remensurável com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamentos revisados usando taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Natureza dos arrendamentos da Companhia:

A Companhia arrenda uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Capivari), com duração de 20 anos, no montante líquido de R\$ 36.132 (passivo de arrendamento). O contrato deste arrendamento prevê que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação. No fim deste contrato todos os bens passarão a pertencer à Companhia, no estado que se encontram, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de tratamento de esgoto do Capivari, esta reversão será gratuita e automática, livre de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia também aluga veículos de passageiros, vans, furgões, máquinas operativas, equipamentos e imóvel, no montante líquido de R\$ 69.919. Em todos estes contratos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. Não é prática da Companhia exercer a opção de compra do bem arrendado no final do contrato.

O contrato de aluguel de veículos dá o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O arrendador deve substituir todos os veículos de imediato e de forma automática, quando completarem 120.000 quilômetros percorridos por outros veículos zero quilômetro nas mesmas condições estabelecidas no início do contrato.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Previdência privada;
- Assistência médica;
- Indenização por aposentadoria por invalidez; e
- Auxílio funeral.

Os referidos benefícios estão descritos na nota explicativa nº 17.

i) Redução ao valor recuperável - Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando satisfazer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k.2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k.2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k.3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos é apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, ratificado pela Resolução CVM nº 96/2022.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária.

A despesa com contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados ao patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o.1) IFRIC 23/CPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração da Contribuição Social não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Alterações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022:

Alteração da norma IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as

informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação: A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 - Contratos de seguro (CPC 50): Em junho de 2020, o IASB emitiu as alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	13.118	2.168
Aplicações financeiras.....	68.766	82.826
Total	81.884	84.994

As aplicações financeiras são constituídas por fundo de renda fixa, e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras em rendas fixas são remuneradas por taxas variáveis de 85,59% a 100,00% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

5 CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Água e esgoto - consumidores.....	229.704	203.345
Água e esgoto - partes relacionadas.....	5.777	3.868
Contratos de prestação de serviços - consumidores.....	21.751	19.164
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas..	197	8.274
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores....	33.245	25.270
290.674	259.921	

Perdas com créditos de liquidação duvidosa (Lei 9.430/96).....	(22.005)	(20.363)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.....	(37.060)	(27.612)
Ajustes a valor presente.....	(4.390)	(4.922)
(63.455)	(52.897)	
Saldo líquido de contas a receber Circulante.....	227.219	207.024

Não circulante		
Contratos de prestação de serviços - consumidores.....	5.893	4.115
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas..	32	60.209
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores....	39.607	32.943
45.532	97.267	

Menos:		
Ajustes a valor presente.....	(9.099)	(18.635)
Saldo líquido de contas a receber Não Circulante.....	36.433	78.632
Total	263.652	285.656

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a vencer.....	238.253	284.716
Créditos em atraso de 1 mês.....	34.371	24.960
Créditos em atraso acima de 1 mês até 3 meses.....	16.825	11.468
Créditos em atraso acima de 3 meses até 6 meses.....	19.206	12.277
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses.....	3.945	19.984
Créditos em atraso acima de 12 meses.....	23.606	3.783
Subtotal	336.206	357.188
(-) Provisões.....	(59.065)	(47.975)
(-) Ajuste a valor presente.....	(13.489)	(23.557)
Total	263.652	285.656

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e estimativas de inadimplências futuras que totalizem em 31 de dezembro de 2022, R\$ 37.060 (R\$ 27.612 em 31 de dezembro de 2021), e as perdas com créditos de liquidação duvidosa (Lei 9.430/96), no valor de R\$ 22.005 (R\$ 20.363 em 31 de dezembro de 2021), são registradas com base no histórico de perdas da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de



Estação de Tratamento de Água - ETA 3 e 4

continuação >>>

Contrato PRODES 075/2016 - ETE Boa Vista: O valor desembolsado pelo PRODES para a consecução do objeto deste contrato é de R\$ 7.300. Este montante será pago à Companhia em 12 (doze) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir da plena operação e do início da certificação da Estação de Tratamento de Esgoto.

A obra da implantação da Estação de Tratamento de Esgoto teve seu início em fevereiro de 2016 e o seu término está previsto para maio de 2023.

b) Caixa Econômica Federal - FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva: Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

c) Caixa Econômica Federal - Programa Saneamento Para Todos: Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento do Programa de Saneamento Para Todos, cujos recursos se tratam de contrapartida de 10% do valor total do investimento, destinados à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

As contas vinculadas se tratam de aplicações financeiras em renda fixa, com rentabilidade diária, remuneradas por taxas variáveis de 97,37% a 102% do CDI.

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos de processos judiciais (a)	29.077	25.931
Depósitos contribuição Previdenciária INSS (b)	28.515	-
Depósitos recursais - FGTS	2.455	1.811
Depósitos judiciais - processos cíveis	1.686	1.233
Depósitos judiciais - Auto INSS	664	628
Autos de Penhora Trabalhista	63	-
Total	62.460	29.603

a) Em 21/08/2020, foi efetuado um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 25.840, referente à Ação Anulatória de Débito fiscal (proc. nº 5006934-81.2020.4.03.6105), nos termos do item c2 da nota explicativa 18.4, o qual está pendente de julgamento.

Em 13/11/2020 efetuou um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 511, referente à Ação Anulatória de débito fiscal (proc. nº 5011857-53.2020.4.03.6105), nos termos do item N da nota explicativa 18.4, o qual está pendente de julgamento.

Em 16/11/2020 efetuou um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 2.726, referente ao Processo Judicial de Tutela Antecipada Antecedente (proc. nº 5011221-87.2020.4.03.6105), nos termos do item m.1 da nota explicativa 18.4, o qual está pendente de julgamento.

b) Refere-se ao depósito do INSS do período de dezembro de 2021 até março de 2022, devido ao fato de que a Companhia, no período mencionado, não estava gerando a guia do INSS no modelo DARF emitido pelo DCTFweb, em razão de divergências cadastrais no eSocial.

11 ATIVO IMOBILIZADO E ARRENDAMENTO

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

Descrição	% - Taxa média anual depreciação	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	29.276	-	29.276	29.277
Edificações	2%	84.521	(32.058)	52.463	51.779
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	4%	122.276	(40.950)	81.326	83.430
Sistema Operativo de Esgoto	4%	663.508	(314.562)	348.946	326.580
Sistema Operativo de Água	2%	521.666	(143.878)	377.788	288.864
Instalações Gerais	10%	263.188	(229.574)	33.614	30.850
Móveis e Utensílios	10%	13.844	(12.216)	1.628	1.452
Máquinas e Equipamentos	10%	117.339	(87.120)	30.219	32.788
Computadores e Periféricos	20%	14.961	(10.679)	4.282	648
Veículos	20%	15.146	(13.930)	1.216	1.870
Máquinas Operatrizes	10%	9.195	(8.060)	1.135	1.641
Benefeitorias em imóveis de terceiros	4%	17.126	(10.274)	6.852	7.543
Arrendamento ETE Capivari I	2% a 10%	71.312	(49.032)	22.280	24.218
- Máquinas e Equipamentos	10%	2.714	(2.713)	1	6
- Sistema Operativo de Esgoto	4%	27.623	(14.664)	12.959	14.064
- Instalações Gerais	10%	21.164	(21.152)	12	48
- Sistema Operativo de Água	2%	55	(15)	40	41
- Edificações	4%	19.756	(10.488)	9.268	10.059
Arrendamento em Direito de Uso	20%	89.830	(22.129)	67.701	39.539
Obras em Andamento	-	290.367	-	290.367	327.201
Total Ativo Imobilizado		2.323.555	(974.462)	1.349.093	1.247.680

Descrição	% - Taxa média anual depreciação	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	29.277	-	29.277	28.453
Edificações	2%	82.619	(30.840)	51.779	52.733
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	4%	119.560	(36.130)	83.430	86.603
Sistema Operativo de Esgoto	4%	619.043	(292.463)	326.580	328.293
Sistema Operativo de Água	2%	425.581	(136.717)	288.864	281.885
Instalações Gerais	10%	253.738	(222.888)	30.850	35.453
Móveis e Utensílios	10%	13.561	(12.109)	1.452	1.733
Máquinas e Equipamentos	10%	114.083	(81.295)	32.788	33.245
Computadores e Periféricos	20%	11.240	(10.592)	648	877
Veículos	20%	15.149	(13.279)	1.870	2.110
Máquinas Operatrizes	10%	9.195	(7.554)	1.641	2.147
Benefeitorias em imóveis de terceiros	4%	17.126	(9.583)	7.543	8.234
Arrendamento ETE Capivari I	2% a 10%	71.312	(47.094)	24.218	26.153
- Máquinas e Equipamentos	10%	2.714	(2.708)	6	10
- Sistema Operativo de Esgoto	4%	27.623	(13.559)	14.064	15.169
- Instalações Gerais	10%	21.164	(21.116)	48	83
- Sistema Operativo de Água	2%	55	(14)	41	42
- Edificações	4%	19.756	(9.697)	10.059	10.849
Arrendamento em Direito de Uso	20%	56.853	(17.314)	39.539	43.080
Obras em Andamento	-	327.201	-	327.201	194.239
Total Ativo Imobilizado		2.165.538	(917.858)	1.247.680	1.125.238

Movimentação do custo do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2022	Adições				
Terrenos	29.276	-	-	(1)	-	29.277
Edificações	84.521	196	-	-	1.706	82.619
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	122.276	208	-	2.508	-	119.560
Sistema Operativo de Esgoto	663.508	4.873	-	39.592	-	619.043
Sistema Operativo de Água	521.666	4.318	-	91.767	-	425.581
Instalações Gerais	263.188	4.769	(613)	5.294	-	253.738
Móveis e Utensílios	13.844	562	(278)	(1)	-	13.561
Máquinas e Equipamentos	117.339	3.125	(860)	991	-	114.083
Computadores e Periféricos	14.961	4.305	(584)	-	-	11.240
Veículos	15.146	28	(31)	-	-	15.149
Máquinas Operatrizes	9.195	-	-	-	-	9.195
Benefeitorias em Imóveis de Terceiros	17.126	-	-	-	-	17.126
Arrendamento ETE Capivari I	71.312	-	-	-	-	71.312
- Máquinas e Equipamentos	2.714	-	-	-	-	2.714
- Sistema Operativo de Esgoto	27.623	-	-	-	-	27.623
- Instalações Gerais	21.164	-	-	-	-	21.164
- Sistema Operativo de Água	55	-	-	-	-	55
- Edificações	19.756	-	-	-	-	19.756
Arrendamento em Direito de Uso	89.830	58.365	(25.388)	-	-	56.853
Obras em Andamento	290.367	105.023	-	(141.857)	-	327.201
Total Ativo Imobilizado	2.323.555	185.772	(27.755)	-	-	2.165.538

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2022	Adições				
Terrenos	29.277	298	-	-	526	28.453
Edificações	82.619	215	-	-	33	82.371
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	119.560	31	-	1.552	-	117.977
Sistema Operativo de Esgoto	619.043	5.215	-	15.286	-	598.542
Sistema Operativo de Água	425.581	2.696	(1)	10.947	-	411.939
Instalações Gerais	253.738	1.166	(4)	2.730	-	249.846
Móveis e Utensílios	13.561	136	(129)	-	-	13.554
Máquinas e Equipamentos	114.083	6.352	(581)	282	-	108.030
Computadores e Periféricos	11.240	28	(240)	-	-	11.452
Veículos	15.149	435	(100)	-	-	14.814
Máquinas Operatrizes	9.195	-	-	-	-	9.195
Benefeitorias em Imóveis de Terceiros	17.126	-	-	-	-	17.126
Arrendamento ETE Capivari I	71.312	-	-	-	-	71.312
- Máquinas e Equipamentos	2.714	-	-	-	-	2.714
- Sistema Operativo de Esgoto	27.623	-	-	-	-	27.623
- Instalações Gerais	21.164	-	-	-	-	21.164
- Sistema Operativo de Água	55	-	-	-	-	55
- Edificações	19.756	-	-	-	-	19.756
Arrendamento em Direito de Uso	56.853	21.831	(36.241)	-	-	71.263
Obras em Andamento	327.201	164.318	-	(31.356)	-	194.239
Total Ativo Imobilizado	2.165.538	202.721	(37.296)	-	-	2.000.111

Movimentação da depreciação acumulada do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2022	Adições				
Edificações	(32.058)	(1.218)	-	-	-	(30.840)
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	(40.950)	(4.820)	-	-	-	(36.130)
Sistema Operativo de Esgoto	(314.562)	(22.099)	-	-	-	(292.463)
Sistema Operativo de Água	(143.878)	(7.161)	-	-	-	(136.717)
Instalações Gerais	(229.574)	(7.241)	555	-	-	(222.888)
Móveis e Utensílios	(12.216)	(378)	271	-	-	(12.109)
Máquinas e Equipamentos	(87.120)	(6.503)	678	-	-	(81.295)
Computadores e Periféricos	(10.679)	(667)	580	-	-	(10.592)
Veículos	(13.930)	(682)	31	-	-	(13.279)
Máquinas Operatrizes	(8.060)	(506)	-	-	-	(7.554)
Benefeitorias em Imóveis de Terceiros	(10.274)	(691)	-	-	-	(9.583)
Arrendamento ETE Capivari I	(49.032)	(1.938)	-	-	-	(47.094)
- Máquinas e Equipamentos	(2.713)	(5)	-	-	-	(2.708)
- Sistema Operativo de Esgoto	(14.664)	(1.105)	-	-	-	(13.559)
- Instalações Gerais	(21.152)	(36)	-	-	-	(21.116)
- Sistema Operativo de Água	(15)	(1)	-	-	-	(14)
- Edificações	(10.488)	(791)	-	-	-	(9.697)
Arrendamento em Direito de Uso	(22.129)	(13.835)	9.020	-	-	(17.314)
Total da depreciação do Ativo Imobilizado	(974.462)	(67.739)	11.135	-	-	(917.858)
Saldo Líquido do Ativo Imobilizado	1.349.093	118.033	(16.620)	-	-	1.247.680

Descrição	Saldo em 31/12/2021		Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2021	Adições				
Edificações	(30.840)	(1.202)	-	-	-	(29.638)
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	(36.130)	(4.756)	-	-	-	(31.374)
Sistema Operativo de Esgoto	(292.463)	(22.214)	-	-	-	(270.249)
Sistema Operativo de Água	(136.717)	(6.663)	-	-	-	(130.054)
Instalações Gerais	(222.888)	(8.497)	2	-	-	(214.393)
Móveis e Utensílios	(12.109)	(412)	124	-	-	(11.821)
Máquinas e Equipamentos	(81.295)	(6.874)	364	-	-	(74.785)
Computadores e Periféricos	(10.592)	(257)	240	-	-	(10.575)
Veículos	(13.279)	(675)	100	-	-	(12.704)
Máquinas Operatrizes	(7.554)	(506)	-	-	-	(7.048)
Benefeitorias em Imóveis de Terceiros	(9.583)	(691)	-	-	-	(8.892)
Arrendamento ETE Capivari I	(47.094)	(1.935)	-	-	-	(45.159)
- Máquinas e Equipamentos	(2.708)	(4)	-	-	-	(2.704)
- Sistema Operativo de Esgoto	(13.559)	(1.105)	-	-	-	(12.454)
- Instalações Gerais	(21.116)	(35)	-	-	-	(21.081)
- Sistema Operativo de Água	(14)	(1)	-	-	-	(13)
- Edificações	(9.697)	(790)	-	-	-	(8.907)
Arrendamento em Direito de Uso	(17.314)	(14.206)	25.075	-	-	(8.445)
Total da depreciação do Ativo Imobilizado	(917.858)	(68.888)	25.905	-	-	(874.875)
Saldo Líquido do Ativo Imobilizado	1.247.680	133.833	(11.391)	-	-	1.125.238

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

</



Estação Produtora de Água de Reúso - EPAR Capivari II

continuação >>>

Movimentações dos empréstimos e financiamentos.

	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos		
Saldo no início do período	259.886	175.222
Captações	46.466	94.280
Juros	22.609	14.431
Taxa de administração	5.462	4.354
Pagamentos	(31.329)	(28.401)
- Principal	(8.503)	(10.023)
- Juros	(17.937)	(14.118)
- Taxa de administração	(4.889)	(4.260)
Saldo no final do período	303.094	259.886
Empréstimos		
Saldo no início do período	436.004	352.826
Captações	-	315.004
Juros	76.707	61.948
Pagamentos	(144.062)	(295.252)
- Principal	(67.853)	(235.812)
- Juros	(76.209)	(59.440)
Realização encargos financeiros	1.478	1.478
Saldo no final do período	370.127	436.004

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos, financiamentos e arrendamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2023	2024	2025	2026	2027	5 anos	Total
Financiamentos	11.268	106.186	36.133	12.781	12.781	123.945	303.094
Empréstimos	119.566	75.026	67.754	51.735	51.735	4.311	370.127
Arrendamentos -							
Direito de uso	15.702	14.962	14.026	13.621	11.608	-	69.919
Arrendamento ETE							
Capivari	3.774	4.227	4.734	5.302	5.938	12.157	36.132
Total	150.310	200.401	122.647	83.439	82.062	140.413	779.272

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros
Até 1 ano	3.774	16.858	20.632	3.370	14.982	18.352
De 1 a 5 anos	20.201	62.329	82.530	18.037	55.368	73.405
Acima de 5 anos	12.157	23.949	36.106	18.095	32.370	50.465
Total	36.132	103.136	139.268	39.502	102.720	142.222

a) Financiamentos
Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto.

A Companhia firmou os seguintes contratos de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos: **a)** Contrato nº 410.018-73, para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes, firmado em 31 de dezembro de 2013, cuja liberação dos recursos pelo agente financeiro foi concluída em setembro de 2020, no montante de R\$ 69.582; **b)** Contrato nº 423.127-67, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Bairros Cidade Satélite Iris II e III, Solar de Campinas e Parque Pomares, que atenderá 7.484 habitantes, firmado em 09 de maio de 2014, no montante de R\$ 17.083, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2022, o total de R\$ 14.606; e **c)** Contrato nº 423.126-53, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário Boa Vista para atender 55.134 habitantes, firmado em 09 de maio de 2014, no montante de R\$ 45.998, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2022, a soma de R\$ 43.954. No dia 26 de setembro de 2021 foram firmados mais dois contratos do Programa Saneamento para todos; **d)** Contrato nº 441.917-02, para obras de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água em diversos bairros do município de Campinas, para atender uma população estimada de 771.607 habitantes, no montante de R\$ 141.753, sendo R\$ 127.577 de financiamento e R\$ 14.175 de contrapartida. Para esta obra já foi desembolsado R\$ 40.204, até 31 de dezembro de 2022; **e)** Contrato nº 441.921-63, para obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campinas, para atender uma população estimada de 26.756 habitantes, no montante de R\$ 273.419, sendo R\$ 259.748 de financiamento e R\$ 13.671 de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2022, já foi desembolsado R\$ 35.296; e **f)** Contrato nº 520.217-27, para obras de troca de redes e ligações de água em diversos bairros de Campinas, para atender uma população estimada de 123.650 habitantes, no montante de R\$ 282.830, sendo, R\$ 268.688, de financiamento e R\$ 14.141, de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2022, já foi desembolsado R\$ 116.019. No dia 02 de julho de 2021 foram firmados os seguintes contratos: **g)** Contrato nº 526.794-49/2021, pela implantação das obras de melhoria e de modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Anhumas com a execução do Retrofit para aprimorar a eficiência do tratamento e a melhor qualidade da água devolvida ao meio ambiente, atendendo uma população estimada de 257.692 habitantes, no montante de R\$ 126.094, sendo R\$ 119.790 de financiamento e R\$ 6.304 de contrapartida e **h)** Contrato nº 527.168-82/2021, para implantação do sistema de esgotamento sanitário que levará o esgoto da bacia do Sambamba, no município de Campinas, até a Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) Capuava, no município de Valinhos, para atender uma população estimada de 41.500 habitantes em Campinas e 120.767 na cidade de Valinhos, no montante de R\$ 129.577, sendo R\$ 123.098 de financiamento e R\$ 6.479, de contrapartida.

b) Empréstimos
Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso.

No dia 08 de julho de 2022, foi assinado aditivo do contrato de empréstimo junto ao banco Santander, para alongamento do prazo de amortização da dívida até 2027. Os empréstimos firmados junto ao Banco Sofisa foram quitados antecipadamente e efetuado novo empréstimo com alongamento da quitação final para 2025.

b1) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 28 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou consulta ao mercado sobre a operação de alongamento de endividamento bancário através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, com o objetivo de equacionar seu fluxo de caixa e criar condições para a realização dos investimentos necessários à universalização do saneamento da cidade de Campinas, ampliação da capacidade de reservação de água tratada e redução de perdas físicas de abastecimento.

No dia 19 de fevereiro de 2016, os acionistas, através de Assembleia Extraordinária, autorizaram a cessão, pela Companhia, ao FIDC (SANASA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) de parte dos direitos oriundos da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico.

A coordenação para o processo de constituição, estruturação e colocação do SANASA FIDC, ficou sob a responsabilidade da empresa Planner Corretora de Valores S.A. em conjunto com os seguintes participantes: Administrador / Gestor do Fundo: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco Votorantim; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriue & Flesch Advogados e Agente de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Em dezembro de 2016 iniciou-se as atividades do SANASA FIDC, com a colocação no mercado de capitais de 115.493 (cento e quinze mil e quatrocentos e noventa e três) cotas sêniores, totalizando a integralização de R\$ 115.534 (cento e quinze milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais). Também foram capitalizadas pela SANASA, 5.544 (cinco mil e quinhentas e quarenta e quatro) cotas subordinadas, totalizando R\$ 5.546 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e seis mil reais), equivalente ao percentual de 4,8% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A colocação de cotas sêniores do SANASA FIDC no mercado foi concluída no período de janeiro a 03 de março de 2017 (data final de colocação de cotas), totalizando 170.000 (cento e setenta mil cotas) pelo valor total de R\$ 170.477 (cento e setenta milhões e quatrocentos e setenta e sete mil reais), com a integralização no 1º trimestre de 2017 de R\$ 54.943 (cinquenta e quatro milhões e novecentos e quarenta e três mil reais) em cotas sêniores e R\$ 2.937 (dois milhões e novecentos e trinta e sete mil reais) em cotas subordinadas, integralizadas no primeiro trimestre de 2017.

- Operação: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001 (FIDC);
- Emissor: SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.;
- Total de cotas: até 170.000 (cento e setenta mil) cotas;
- Regime de colocação: Distribuição pública em esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2001;
- Cobertura da dívida: a Cedente (SANASA) repassará ao Cessionário, diariamente, seus direitos creditórios até o limite percentual de 20,4% (vinte vírgula quatro por cento), durante o prazo de duração do fundo;
- Data de vencimento: 96 meses a partir da data de emissão (8 anos);
- Atualização monetária: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Remuneração: juros fixos de 11% a.a.;
- Carência do Principal: 24 (vinte e quatro) meses;
- Amortização do principal por mês: 4,2% do principal do 25º ao 30º mês; 4,5% do principal do 31º ao 36º mês; 6,0% do principal do 37º ao 42º mês; 6,6% do principal do 43º ao 48º mês; 8,1% do principal do 49º ao 54º mês; 8,4% do principal do 55º ao 60º mês; 10,2% do principal do 61º ao 66º mês; 11,4% do principal do 67º ao 72º mês; 13,8% do principal do 73º ao 78º mês; 15,0% do principal do 79º ao 84º mês; 9,0% do principal do 85º ao 90º mês; 2,75% do principal do 91º ao 95º mês e 0,05% do principal no 96º mês;
- Periodicidade dos juros: juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo principal;
- Cotas Subordinadas: 4,8% da operação (adquiridas pela SANASA);
- Covenants Financeiros:
 - Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA, menor ou igual a 5 (cinco), a ser verificado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e nas informações trimestrais; e
 - Índice de Cobertura, que representa, no mínimo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar mensalmente pela Conta Vinculada durante o Prazo de Duração do Fundo, apurado mensalmente pela Administradora por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal, verificado pela Administradora, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Os encargos financeiros correspondem aos serviços prestados com estruturação e distribuição do SANASA FIDC, no mercado, o saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.957 (R\$ 4.435 em 31 de dezembro de 2021).

c) Arrendamentos
Os arrendamentos se tratam de contratos superiores a 1 (um) ano de direitos de uso, de forma exclusiva pela Companhia, de bens (Estação de Tratamento de Esgoto, máquinas operatrizes, veículos e equipamentos) para a utilização nos sistemas operativos de água e esgoto e em suas atividades de apoio.
Os compromissos relacionados aos arrendamentos, líquidos dos encargos financeiros, são classificados nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com a vigência do contrato. Os pagamentos de arrendamentos são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração de Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais federais		
Contribuição social	1.636	3.034
Imposto de renda retido na fonte	9.380	6.824
Cofins	4.432	6.387
PIS	960	1.384
Ibama - parcelamento de débitos	7	78
Outros	364	456
Total das obrigações fiscais federais	16.779	18.163
Obrigações fiscais estaduais		
ICMS a recolher	188	-
Total das obrigações fiscais estaduais	188	-
Obrigações fiscais municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	1.231	694
FUNDAP	1.006	847
Total das obrigações fiscais municipais	2.237	1.541
Total das obrigações fiscais	19.204	19.704
Circulante	19.204	19.704
Não circulante	-	-

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos exercícios de 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	129.466	99.496
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal	(11.652)	(8.955)
Doações e despesas indutíveis	(953)	(795)
Arrendamento mercantil	465	378
Reserva especial realizada	(1)	(1)
Juros sobre capital próprio	3.150	2.133
Subvenções governamentais	896	1.043
Outros Resultados Abrangentes	(1.544)	(199)
Multas indutíveis	(16)	(4)
Contribuição social - receita (despesa) efetiva	(9.655)	(6.400)
Alíquota efetiva	-7,46%	-6,43%
Contribuição social corrente	(13.304)	(6.683)
Contribuição social diferida	3.649	283

15 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem dos serviços de fornecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto prestados à Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como o pagamento de dividendos.
Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a PMC estão detalhados abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Créditos SANASA (nota explicativa nº 5)				
Fornecimento de água e esgoto	5.777	-	3.868	-
Prestação de serviços	197	32	8.274	60.209
Total	5.974	32	12.142	60.209

Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou, no exercício de 2022 junto à PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 35.358 (R\$ 22.978 em 31 de dezembro de 2021). Já com prestação de serviços, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 92 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2021). Não houve faturamento com parcelamento de débitos junto à PMC nos últimos dois exercícios.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Créditos PMC				
Juros sobre o capital próprio e dividendos	6.263	-	28.346	-
FUNDAP	1.006	-	847	-
ISSQN	1.231	-	694	-
Total	8.500	-	29.887	-

No exercício de 2022, a Companhia pagou remuneração do pessoal-chave da administração no montante de R\$ 5.396 (R\$ 4.752 em 2021), que se refere a benefícios a empregados de curto prazo. Além da remuneração, a Companhia teve uma despesa de R\$ 1.272 (R\$ 1.045 em 2021) a título de encargos sociais.

16 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados	12.550	10.469
Provisão para férias	42.458	34.103
Subtotal	55.008	44.572
Obrigações sociais		
INSS	35.029	7.262
FGTS	2.706	2.206
Subtotal	37.735	9.468
Total	92.743	54.040
Circulante	92.743	54.040
Não Circulante	-	-

17 PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2022	31/12/2021
Participações no resultado (a)	15.394	12.728
Plano de Aposentadoria Incentivada (b)	1.990	-
Previdência privada (c)	681	560
Provisão de benefícios pós-emprego (d)	36.467	30.876
Total	54.532	44.164
Circulante	18.065	13.288
Não Circulante	36.467	30.876

a) Participação no resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. O montante dessa participação registrado no passivo, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 15.394 (R\$ 12.728 em 2021).

b) Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI)

Em 21 de fevereiro de 2022, a Companhia determinou um prazo para a adesão ao Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), de 23 de fevereiro de 2022 a 22 de março de 2022, aos funcionários que atenderam cumulativamente, as seguintes condições: a) tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 5 (cinco) anos; b) já estar aposentado em 12 de novembro de 2019 (dia anterior a publicação da Emenda Constitucional nº 103, referente à reforma previdenciária) e c) pertencer ao quadro de carreira da Companhia. Em 17 de março de 2022, a Companhia abriu novo prazo para adesão ao PAI, de 17 de março de 2022 a 25 de abril de 2022 e no dia 29 de abril de 2022, a Companhia determinou nova prorrogação do prazo de adesão ao plano, até o dia 13 de maio de 2022. O programa beneficiário, até 31 de dezembro de 2022, 27 (vinte e sete) funcionários, no valor total de R\$ 5.184. Até 31 de dezembro de 2022, 05 (cinco) funcionários, no montante de R\$ 1.990, ainda não haviam se desligado da Companhia.

A indenização do PAI, que beneficiou um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão foi composta de:

- 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, por ocasião do desligamento do empregado do quadro funcional da Companhia;
- Valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios; e
- Concessão aos funcionários, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 60 (sessenta) meses.

c) Previdência privada - Contribuição Variável

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, estruturado na modalidade de contribuição variável. O Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão. De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia pagou aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O Plano é totalmente desvinculado dos demais planos de benefícios administrados pela Petros, inexistindo solidariedade entre os mesmos e entre suas Patrocinadoras ou Instituidoras.

d) Provisão de benefícios pós-emprego

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados para o plano de aposentadoria incentivada, plano previdenciário, benefício de assistência médica pós-emprego, indenização por aposentadoria por invalidez e auxílio funeral. Para fins de atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/22, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a empresa Assistants Assessoria Consultoria e Participações Ltda., emitiu um relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

d.1) Previdência privada

Por oferecer aos seus participantes a cobertura de benefícios de risco, faz-se necessária a avaliação atuarial do plano de Previdência Privada, para atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado um passivo relativo aos benefícios de risco no valor de R\$ 11.463 (R\$ 4.962 em 2021).

A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao plano de previdência privada:

Resumo das Obrigações calculadas		31/12/2022
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder		12.327
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos		92.915
Total das obrigações do exercício		105.242
Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
Item (em R\$)	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações no início do exercício		



Captação Rio Atibaia

continuação >>>

A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao benefício de indenização por aposentadoria por invalidez:
Resumo das Obrigações calculadas

Resumo das obrigações (em R\$)		31/12/2022
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder		9
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos		-
Total das obrigações do exercício		9
Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
Item (em R\$)	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações no início do exercício	11	6.453
Custo do serviço corrente	1	1.424
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	1	63
(Ganhos) / Perdas atuariais	(4)	(7.929)
(-) Benefícios pagos no ano	-	-
Passivo líquido ao final do exercício	9	11

Reconciliação do passivo atuarial líquido

Movimentação do passivo líquido (em R\$)		31/12/2022
Passivo / (ativo) atuarial no início do exercício		11
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações		(4)
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE		2
- Custo do serviço corrente		1
- Juros sobre a obrigação atuarial		1
(-) Benefícios pagos no ano		-
Valor líquido do passivo / (ativo) do plano no final do ano		9

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Saldos (em R\$)		31/12/2022
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações		(4)
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano		(4)

Composição dos (ganhos) / perdas no valor das obrigações calculadas

Descrição	Impacto em R\$
Aumento da taxa de desconto	(1)
Movimentação populacional	(1)
Ajustes por experiência do plano	(2)
(Ganho) / Perda ao final do exercício	(4)

Projeção de custos para o exercício seguinte

a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Itens (em R\$)		31/12/2023
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		1
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		-
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		1

b) Despesa / (receita) projetada para o próximo exercício

Itens (em R\$)		31/12/2023
Custo do serviço corrente		1
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais		1
Total		2

Testes de sensibilidade das premissas utilizadas

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	9	-
Aumento (1%)	8	-13%
Redução (1%)	10	15%

d.4) Auxílio funeral
A Companhia cobre despesas com funeral do empregado, em atividade e/ou aposentado por invalidez, cônjuge/companheiro (a), ascendentes e descendentes de empregados. A Companhia subsidia o montante total das despesas com funeral, limitado ao valor do padrão conveniado com a SETEC - Serviços Técnicos Gerais de Campinas, e até 26,63% (vinte e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento) do valor padrão conveniado com a SETEC para despesas com o funeral do cônjuge/companheiro (a), ascendentes ou descendentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de auxílio funeral no montante de R\$ 41 (R\$ 38 em 2021).

A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao benefício de auxílio funeral:

Resumo das Obrigações calculadas

Resumo das obrigações (em R\$)		31/12/2022
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder		41
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos		-
Total das obrigações do exercício		41
Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
Item (em R\$)	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações no início do exercício	38	-
Custo do serviço corrente	1	2
Juros líquido sobre a obrigação atuarial	4	-
(Ganhos) / Perdas atuariais	(2)	36
(-) Benefícios pagos no ano	-	-
Passivo líquido ao final do exercício	41	38

Reconciliação do passivo atuarial líquido

Movimentação do passivo líquido (em R\$)		31/12/2022
Passivo / (ativo) atuarial no início do exercício		38
(Ganho) / perda a ser reconhecido em ORA		(2)
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE		5
- Custo do serviço corrente		1
- Juros sobre a obrigação atuarial		4
(-) Benefícios pagos no ano		-
Valor líquido do passivo / (ativo) do plano no final do ano		41

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Saldos (em R\$)		31/12/2022
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações		(2)
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano		(2)

Composição dos (ganhos) / perdas no valor das obrigações calculadas

Movimentação do passivo líquido (em R\$)	31/12/2022
Aumento da taxa de desconto	(1)
Redução da rotatividade	(1)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(2)

Projeção de custos para o exercício seguinte

a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Itens (em R\$)		31/12/2023
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		5
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		-
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		5

b) Despesa / (receita) projetada para o próximo exercício

Itens (em R\$)		31/12/2023
Custo do serviço corrente		2
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais		5
Total da despesa / (receita) a ser reconhecida no próximo exercício		7

Testes de sensibilidade das premissas utilizadas

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	41	-
Aumento (1%)	40	-4%
Redução (1%)	43	4%

18 PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Provisão	Judicial	Líquido	Provisão	Judicial	Líquido
Trabalhistas	12.441	(7.692)	4.749	10.539	(7.040)	3.499
Cíveis	291	(95)	196	291	(95)	196
Fiscais	20	-	20	20	-	20
Total	12.752	(7.787)	4.965	10.850	(7.135)	3.715

18.1 Processos trabalhistas

Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensões irregulares nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 12.441 é composto por: a) 83 (oitenta e três) processos de funcionários próprios na soma de R\$ 7.940 e b) 122 (cento e vinte e dois) processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 4.501. Não foram provisionados, por não representarem chances prováveis de perdas, 230 (duzentas e trinta) reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 10.324.

18.2 Processos cíveis

Os casos mais frequentes são os de restabelecimentos de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 9 (nove) processos no total de R\$ 291. Não foram contabilizadas provisões de 132 (cento e trinta e dois) processos no montante de R\$ 30.035 por não representarem chances prováveis de perdas.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e fiscais, do período encerrado em 31 de dezembro de 2022, tem a seguinte composição:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo inicial	10.539	291	20	9.883	295	20
Adição à provisão	3.468	-	-	3.082	849	-
Utilização	(1.566)	-	-	(2.426)	(853)	-
Saldo final	12.441	291	20	10.539	291	20

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxito, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

18.3 Processos fiscais

Refere-se à provisão de um processo administrativo, Notificação de débito SP/70298 - contribuição adicional destinada ao SENAI, no valor de R\$ 20. Não foram contabilizadas provisões de 04 processos administrativos e judiciais, no montante de R\$ 32.568, por não representarem chances prováveis de perdas.

18.4 Processos Tributários e Previdenciários

a) Processos administrativos, fiscais e previdenciários
Após fiscalização ocorrida em 2007, foram emitidos Autos de Infração com apontamento de créditos de encargos sociais no montante de R\$ 13.250. A SANASA vem manejando, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

b) Processo administrativo de compensação de IRPJ e CSLL
No ano de 2006, a SANASA foi autuada no montante de R\$ 12.985 (proc. fiscal nº 10830.003.927/2006-86), obtendo êxito na anulação parcial, e os valores referentes ao IRPJ estão sendo questionados judicialmente, nos termos do item "b.1".

b.1) Ação anulatória de débito fiscal de IRPJ

Em 26/03/2015, a SANASA ajuizou ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 0005224-87.2015.4.03.6105) requerendo a suspensão da exigibilidade e consequente anulação do crédito relativo ao IRPJ no valor de R\$ 7.365, justificado pela imunidade tributária aos impostos federais da SANASA, sendo que, em 12/7/2021 foi julgada parcialmente procedente, anulando-se o auto de infração do proc. fiscal nº 10830.003.927/2006-86, sendo que, em 25/3/2022 o processo foi arquivado definitivamente.

b.2) Processo judicial de execução fiscal de IRPJ e Multa

Em 28/08/2019, a União ajuizou a Execução fiscal da CDA nº 80219015353-69 (proc. nº 5011826-67.2019.403.6105), proveniente do processo administrativo fiscal nº 10830.003.927/2006-86, no valor de R\$ 20.379, referente ao IRPJ e multa nos termos do item "b". Em 12/09/2019 a exigibilidade do crédito tributário foi suspensa através de depósito judicial no valor atualizado de R\$ 20.418, sendo que, em 15/10/2019, a SANASA opôs os Embargos à Execução (proc. nº 5014138-16.2019.403.6105), o qual foi extinto por sentença após a União, em 26/06/2020, requerer a extinção da execução fiscal acolhendo a tese da imunidade tributária aos impostos federais. Em 17/8/2020 o depósito judicial no valor atualizado de R\$ 21.268 foi devidamente levantado pela empresa, sendo que, a SANASA recorreu em parte da decisão e o processo se encontra no TRF da 3ª Região para julgamento.

c) Processo administrativo de compensação de PIS e COFINS

ASANASA foi autuada em R\$ 10.391, acrescido da multa isolada de R\$ 8.228. A autuação foi motivada pela divergência de posicionamento sobre as compensações dos valores a maior de PIS e COFINS calculados e recolhidos pelo método da "não cumulatividade", quando o método correto do cálculo seria o da "cumulatividade", devido após a declaração judicial da imunidade tributária federal. As intimações fiscais estão sendo questionadas judicialmente, nos termos do item "c.1", e a multa isolada está em processo de recurso administrativo.

c.1) Processo judicial de compensação de PIS e COFINS

Em 24/07/2014, a SANASA impetrou Mandado de Segurança (proc. nº 0007477-82.2014.4.03.6105) com pedido de liminar requerendo a suspensão da exigibilidade da cobrança, bem como o direito em recorrer administrativamente, sendo que, em 14/10/2014, foi concedida a liminar pelo TRF3. Porém, em 14/01/2015 foi proferida a decisão denegando a segurança pleiteada. A Sanasa recorreu da decisão, mas o TRF3 confirmou a sentença de 1º grau e o processo transitou em julgado em 20/04/2022, sendo que, em 24/8/2022 o processo foi arquivado definitivamente.

c.2) Ação anulatória de débito fiscal de compensação de PIS e COFINS

Após não obter êxito nos recursos manejados na esfera administrativa, em 17/06/2020, a SANASA ajuizou ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 5006934-81.2020.4.03.6105) requerendo com fundamento na imunidade tributária recíproca, uma liminar para a exclusão do CADIN, bem como suspender a exigibilidade dos créditos tributários pleiteados nos processos de crédito nºs. 10830.722.072/2014-04, 10830.722.077/2014-29, 10830.722.106/2014-52, 10830.722.109/2014-96, 10830.722.114/2014-07, 10830.722.221/2014-27, 10830.722.456/2014-19, 10830.722.458/2014-16, 10830.722.519/2014-37, 10830.722.734/2014-38, 10830.722.738/2014-16. Em 02/07/2020, o pedido de tutela antecipada foi deferido em parte, quanto à possibilidade de oferecimento de Carta de Fiança para o fim exclusivo de obtenção da Certidão Positiva com Efeito de Negativa. Todavia, por razões contratuais junto ao promitente Banco Fiator, em 21/08/2020, a SANASA efetuou o depósito judicial integral no valor de R\$ 21.952, suspendendo-se assim a exigibilidade dos créditos e, por conseguinte, a exclusão do CADIN. Em 03/11/2022 a ação foi julgada improcedente, sendo que, em 22/11/2022 a SANASA recorreu da decisão e o processo será encaminhado ao TRF3 para julgamento do recurso.

d) Processo de imunidade tributária estadual

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da CF/88, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória (proc. nº 0004017-82.2010.8.26.0114) requerendo a declaração da imunidade tributária recíproca relativa ao IPVA, a qual foi julgada procedente, sendo declarada a Imunidade Estadual ao IPVA, bem como a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos, após o trânsito em julgado. Entretanto, o processo está em fase de cumprimento de sentença (Repetição do Indébito), proc. nº 0026065-54.2018.8.26.0114, sendo que, em 11/06/2021 foi expedido Precatório (nº de Ordem 1076/2022) com a respectiva inserção no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) do exercício de 2022, sendo que, até a presente data não houve o recebimento do indébito tributário.

e) Processo judicial das verbas indenizatórias

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 0015922-60.2012.403.6105) para que seja declarada a inexistência das contribuições previdenciárias, Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e contribuições previdenciárias devidas a terceiros (INCRA, SESEI, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) 13º salário; e) 1/3 de férias, bem como, a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos. Em 10/06/2013 houve sentença concedendo a segurança em parte, com exceção dos itens "c" e "d". A União recorreu da sentença e, em 20/09/2018, o processo foi suspenso em razão do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.072.485/PR no STF. Entretanto, em 28/8/2020 o STF julgou constitucional a incidência de contribuição social sobre o terço constitucional de férias gozadas. Em 29/3/2022 o relator do processo acatou a decisão do STF, dando parcial provimento à apelação da União Federal para, reconhecer a incidência de contribuições sociais sobre o terço constitucional de férias, nos termos da fundamentação acima. A empresa está aguardando a modulação dos efeitos do novo entendimento do STF.

f) Processo judicial do ICMS sobre energia elétrica (demanda contratada)

Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida (proc. nº 0089120-86.2012.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. Em 22/01/2015, o processo foi julgado procedente, declarando a ilegalidade e inexistibilidade do ICMS sobre demanda de energia contratada, bem como a restituição do indébito após o trânsito em julgado. O Estado recorreu da decisão e em razão da repercussão geral do tema, sendo que, em 03/6/2016 o processo foi suspenso até a decisão final do STF.

g) Processo judicial do ICMS sobre energia elétrica (TUSD)

Considerando o entendimento expressivo no STJ, em 14/10/2015, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre a TUSD - Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição consumida (proc. nº 1033728-42.2015.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos, a qual foi julgada procedente. O Estado de São Paulo recorreu da decisão e, em 07/08/2017, o Tribunal suspendeu o Recurso Extraordinário até decisão do STF sobre o tema que tem Repercussão Geral.

h) Processo judicial do ICMS sobre energia elétrica (desconto tarifário)

Em 31/07/2017, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 1039889-97.2017.8.26.0114) para que seja declarada a inexistibilidade do ICMS sobre o Desconto Tarifário, requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do indébito

pago nos últimos 5 anos. Em 14/08/2018, a ação foi julgada parcialmente procedente para afastar a incidência do ICMS sobre o desconto tarifário. O Estado recorreu da decisão e o processo foi remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo para julgamento, sendo que, em 13/12/2022 o Tribunal deu provimento ao recurso e a ação foi julgada improcedente. A SANASA irá recorrer da decisão.

i) Processo judicial da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS nas contas de energia elétrica

Em 22/01/2020, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória cumula com Repetição de Indébito dos últimos 5 anos pagos indevidamente (proc. 5000516-30.2020.403.6105), requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, justificados pelo julgamento do RE 574.706 do STF, dando-se à causa o valor de R\$ 4.000. Entretanto, em 14/12/2021, o processo foi julgado extinto sem julgamento do mérito por ilegitimidade ativa da SANASA, condenando-a aos honorários de sucumbência, arbitrados em 5% do valor atualizado da causa. A SANASA opôs Embargos de Declaração e o processo se encontra pendente de julgamento dos Embargos.

j) Processo judicial de anulação de débito fiscal

Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal e a não homologação de 07 (sete) das 19 (dezenove) compensações tributárias promovidas pela SANASA, fundamentado pelo alargamento da base de cálculo das referidas contribuições trazidas pelo art. 3º da Lei nº 9718/98, o qual foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 346.084, a SANASA ajuizou uma ação anulatória dos débitos fiscais (proc. nº 0012329-18.2015.403.6105), em razão da legalidade do procedimento, bem como justificado pela homologação de outras 12 (doze) compensações tributárias promovidas sob a mesma base legal. Em 31/01/2018, o Laudo Pericial reconheceu o crédito para a empresa e a ação foi julgada procedente. A União recorreu e o processo foi remetido ao TRF3 para julgamento.

k) Processo judicial da exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do PIS/COFINS
Considerando o Tema 1067-STF, que teve reconhecida matéria constitucional com repercussão geral, em 10/02/2020, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória cumula com Repetição de Indébito dos últimos 5 anos pagos indevidamente (proc. 5001107-89.2020.403.6105), sendo que, em 26/8/2020, a ação foi julgada improcedente. A empresa recorreu da decisão e o processo foi remetido ao TRF3 para julgamento. O processo foi sobrestado até ulterior julgamento pelo STF do recurso RE 1233096/RS (tema 1067).

l) Processo judicial limite base de cálculo Sistema "S"

Em 20/03/2020, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória cumula com Repetição de Indébito dos últimos 5 anos pagos indevidamente (proc. 5003605-61.2020.403.6105), requerendo a inexistibilidade do recolhimento de INSS que ultrapasse o limite de 20 salários mínimos da base de cálculo do salário-educação e das contribuições destinadas ao "sistema S", que abrangem instituições como Sesc, Senai, Sebrae, Sesi e Senai. Em 03/03/2021, o processo foi sobrestado até ulterior julgamento dos REsp n. 1.898.532/CE e Resp n. 1.905.870/PR que irá decidir sobre o tema.

m) Processo judicial de anulação de débito fiscal

Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal nº 10830.720680/2013-95 e a não homologação de compensação de saldo negativo de IRPJ, a SANASA ajuizou uma ação anulatória dos débitos fiscais (proc. nº 5005245-02.2020.403.6105) justificado pelo direito à compensação de crédito do período abarcado no acórdão do TRF da 3ª Região transitado em julgado em 15/08/2018, que declarou a SANASA imune aos impostos federais. Entretanto, em 21/9/2020, a referida ação anulatória foi julgada improcedente, sendo que, em 25/9/2020, a empresa recorreu da decisão e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região para julgamento do recurso.

m.1) Processo judicial de tutela antecipada antecedente

Considerando a improcedência da ação anulatória (item "m"), diante da eminente inscrição no CADIN e posterior execução fiscal, diante da necessidade da emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEN) que tinha vencimento em 02/12/2020, em 23/10/2020, a SANASA propôs a ação judicial (proc. nº 5011221-87.2020.403.6105) requerendo a concessão de Medida Liminar para aceitar a garantia antecipada da dívida. Em 25/03/2021, a ação foi julgada improcedente, sendo que, em 16/04/2021, a empresa recorreu da decisão e o processo será remetido ao TRF da 3ª Região para julgamento do recurso.

n) Ação anulatória de débito fiscal de compensação de PIS e COFINS
Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal nº 10830-904218/2010-04 e nº 10830.905483/2010-00 e a não homologação de compensações de saldo negativo de IRPJ, a SANASA ajuizou, em 04/11/2020, ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 5011857-53.2020.4.03.6105), com depósito judicial no valor de R\$ 436, requerendo a imediata suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, e, com fundamento na imunidade tributária recíproca, ao final fosse declarado a nulidade dos respectivos autos de infração. A União manifestou-se informando que referidos créditos tributários estavam extintos, uma vez que estão abarcados pela imunidade tributária recíproca. O processo se encontra na conclusão para determinação do levantamento do depósito judicial pela SANASA e consequente extinção do processo judicial.

Obra	Valor da Subvenção		Data de Encerramento
	31/12/2022	31/12/2021	
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)			
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Bárbara	1.489	1.586	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Prouença	1.836	1.883	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Chapadão	1.789	1.832	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 2	2.065	2.113	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Bosque das Palmeiras	637	684	Obra encerrada
Desenvolvimento e análise de amostra de água bruta	21	36	Obra encerrada
Total Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	7.837	8.134	
Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA			
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 1	1.885	1.930	Obra encerrada
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 1	637	686	
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 2	230	253	
Controle de Perdas	8.409	8.779	Dezembro de 2023
Total Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	11.161	11.648	
Total Geral	159.501	169.452	
Circulante	8.981	9.950	
Não Circulante	150.520	159.502	

a) Conforme ofício FF nº 125/2021, a data para conclusão da obra da Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR) Boa Vista foi alterada, visto que, as equipes da fiscalização, operação e manutenção da Companhia, através de testes, apontaram alguns problemas de automação. Por conta disso, ajustes estão sendo feitos pela empreiteira contratada e o prazo para conclusão da obra passou de setembro de 2021, para maio de 2023.

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de imobilizado. Também é reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual é apropriado ao resultado proporcionalmente ao período de depreciação desses investimentos. Em 2022 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 9.951 (R\$ 11.587 em 2021) a título de Receitas de Subvenções.

20 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 508.209.912 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2022 (453.185.281 ações em 31 de dezembro de 2021). Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29 de abril de 2022, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital e lucros. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R\$ 34.329 da reserva de incentivos governamentais, R\$ 19.243 da reserva legal e de R\$ 1.453 da reserva de correção especial (Lei 8.200/91), realizadas nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, perfazendo o montante de R\$ 55.025.

Acionista	Quantidade de ações	Participação
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) ...	508.167.493	99,991653252%
COHAB	8.482	0,001668995%
EMDEC	8.482	0,001668995%
SETEC	8.482	0,001668995%
Lauro Péricles Gonçalves	8.482	0,001668995%
Ozayr Rizzo	8.482	0,001668995%
Marcos José Bernardelli	1	0,000000197%
Manuelito Pereira Magalhães Junior	1	0,000000197%
Pedro Benedito Maciel Neto	1	0,000000197%
Valdemir Moreira dos Reis Júnior	1	0,000000197%
Itamar Bley	1	0,000000197%
Antônio Carlos Barbosa Filho	1	0,000000197%
Vicente Porto Vilela	1	0,000000197%
Sinval Roberto Durigon	1	0,000000197%
Rebeca Tadeusa Machado Borges	1	0,000000197%
Total	508.209.912	100,000000000%

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Abaixo, demonstramos o cálculo da remuneração dos acionistas:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	119.811	93.096
(-) Reserva de incentivos governamentais	(9.951)	(11.587)
Base de cálculo para a reserva legal	109.860	81.509
(-) Reserva legal (5%)	(5.493)	(4.075)
Base de cálculo dos dividendos	104.367	77.434
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	6.263	4.646
Juros sobre o capital próprio - proposto (a)	28.737	23.700
Dividendos adicionais (a)	20.005	26.659
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	55.005	55.005

(a) depende de aprovação em Assembleia Geral Ordinária

c) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no exercício de 2022 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o exercício de 2021, conforme quadro abaixo:

	Básico e Diluído	
	2022	2021
Resultado líquido do exercício	119.811	93.096
Média ponderada de ações (mil ações)	494.454	453.185
Resultado por ação	0,24231	0,20543

d) Reservas de lucros

d.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$ 5.493 em 2022 em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

d.2) Reserva para Investimentos

É constituída com base no montante do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos governamentais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 49.362 do lucro remanescente para a constituição de Reserva para Investimentos. O referido recurso será aplicado em obras de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto, conforme estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

d.3) Reserva de Incentivo Governamental

Constituída no montante de R\$ 9.951 em 2022, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, que determina que o valor da subvenção governamental não deve ser distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pelo resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido (Reserva de Incentivo Governamental), a partir da conta de Lucros Acumulados.

21 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Abastecimento de água e saneamento	1.196.344	1.014.266
Prestação de serviços	42.785	38.816
Redes de água e esgoto	6.380	5.577
Total	1.245.509	1.058.659
Descontos, retificações e devoluções	(77.215)	(65.969)
Contribuições sobre vendas e serviços	(48.485)	(41.150)
Total da receita líquida de vendas e serviços	1.119.809	951.540

22 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2022	2021
Salários e ordenados	515.245	432.058
Materiais de tratamento	37.922	29.238
Materiais gerais	36.544	45.292
Serviços terceirizados	133.119	116.589
Aluguéis	25.274	14.703
Tributos	8.871	6.573
Energia elétrica	60.829	62.108
Outras utilidades	1.463	386
Depreciações	70.155	71.312
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9.448	6.046
Perdas recebimento créditos	51.881	40.198
Processos julgados	8.387	8.488
Outras contingências	1.902	651
Multas enc. sociais e fiscais	177	70
Despesas bancárias	3.399	3.522
Doações e patrocínios	3.795	3.245
Despesas ativadas	(19.376)	(28.392)
Outros custos e despesas	7.553	5.796
Total	956.588	817.883
Custo do sistema operativo de água	312.781	270.479
Custo do sistema operativo de esgoto	289.237	258.119
Despesas gerais e administrativas	224.842	182.932
Despesas com vendas	129.728	106.353
Total	956.588	817.883

23 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros de mora sobre arrecadações	15.757	11.714
Variações monetárias de arrecadações	11.062	9.147
Rendimentos de aplicações financeiras	10.723	4.293
Outras	2.950	248
Variações monetárias ativas	3.186	2.271
Juros ativos	38	9
Ajuste a valor presente	10.067	(28)
Total das receitas financeiras	53.783	27.654
Despesas financeiras		
Juros passivos	(87.505)	(73.387)
Descontos concedidos	(21.454)	(4.092)
Despesas de financiamento	(14.551)	(10.362)
Variações monetárias passivas	(16.681)	(9.457)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(5.849)	(2.845)
Juros - encargos sociais e fiscais	(3)	(211)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	(2)	(376)
Total das despesas financeiras	(146.045)	(100.730)
Total do resultado financeiro	(92.262)	(73.076)

24 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2022	2021
Outras receitas		
Recuperação de perdas de credores duvidosos	22.814	15.768
Subvenções governamentais	9.951	11.587
Sem par conta corrente	4.510	3.849
Reversão benefício pós-emprego	15.686	2.824
Exclusividade de prestação de serviços financeiros	1.412	1.239
Termos de autorização de uso	1.633	1.428
Multas contratuais	1.479	348
Impostos e contribuições recuperadas	-	15
Outros	1.216	1.773
Ressarcimento danos de terceiros	120	296
Total das outras receitas	58.821	39.127
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(314)	(212)
Total das outras despesas	(314)	(212)
Total das outras receitas e despesas	58.507	38.915

25 PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		2022	2021
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	75.969	6.837	6.179
Parcela do lucro não realizado - órgãos públicos	1.046	94	5.148
Total		6.931	11.327

26 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de dezembro de 2022			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	81.884	-	-	81.884
Aplicações financeiras	14.893	-	-	14.893
Contas a receber de clientes	-	263.652	-	263.652
Total	96.777	263.652	-	360.429

a) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição	Riscos (Encargos)	Cenários (Taxa Média em 31/12/2022)					
			Provável		Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%	
% a.a.	Valor	% a.a.	Valor	% a.a.	Valor	% a.a.	Valor	
Ativos	83.659	Var. CDB/CDI	13,65%	11.419	17,06%	14.272	20,48%	17.133
Passivos	(303.094)	Juros Remuneratórios entre 6,8% a.a. e 11% a.a. + variação do CDI e/ou IPCA e/ou UPR	16,25%	(49.253)	20,31%	(61.558)	24,38%	(73.894)
Passivos	(370.127)	Juros Remuneratórios entre 6,8% a.a. e 11% a.a. + variação do CDI e/ou IPCA e/ou UPR	16,25%	(60.146)	20,31%	(75.173)	24,38%	(90.237)
Total	(589.562)			(97.980)		(122.459)		(146.998)

b) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição	Riscos (Encargos)	Cenários (Taxa Média em 31/12/2022)					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
% a.a.	Valor	% a.a.	Valor	% a.a.	Valor	% a.a.	Valor	
Ativos	83.659	Var. CDB/CDI	13,65%	11.419	10,24%	8.567	6,83%	5.714
Passivos	(303.094)	Juros Remuneratórios entre 6,8% a.a. e 11% a.a. + variação do CDI e/ou IPCA e/ou UPR	16,25%	(49.253)	12,19%	(36.947)	8,13%	(24.642)
Passivos	(370.127)	Juros Remuneratórios entre 6,8% a.a. e 11% a.a. + variação do CDI e/ou IPCA e/ou UPR	16,25%	(60.146)	12,19%	(45.118)	8,13%	(30.091)
Total	(589.562)			(97.980)		(73.498)		(49.019)

Fonte: CDI / INPC - Banco Central do Brasil
TR / TJLP - Fontes internas da Companhia e externas de mercado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS JOSÉ BERNADELLO

Presidente do Conselho

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR

Conselheiro

PEDRO BENEDITO MACIEL NETO

Conselheiro

VALDEMIR MOREIRA DOS REIS JÚNIOR

Conselheiro

ITAMAR BLEY

Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS BARBOSA FILHO

Conselheiro

VICENTE PORTO VILELA

Conselheiro

SINVAL ROBERTO DURIGON

Conselheiro

REBECA TADEUSA MACHADO BORGES

Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR

Diretor Presidente

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO JORGE ZERAIK

Diretor Administrativo

FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES

Diretor Comercial

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS

Diretor Técnico

CONTROLADORIA

ANTONIO MOREIRA FRANCO JUNIOR

Gerente de Controladoria - CRC 1SP219088/O-3

JEAN CARLOS PEREIRA

Contador - CRC 1SP180441/O-0

continuação >>>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Com base nos exames efetuados e considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, com opinião

não modificada, da TATICCA Auditores Independentes S.S., de 17 de fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 21 de março de 2023.

MICHEL ABRÃO FERREIRA

ADERVAL FERNANDES JÚNIOR

LAIR ZAMBON

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e Acionistas da

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. ("Companhia" ou "SANASA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Provisão para benefícios pós-emprego

Conforme Nota Explicativa nº 17 (d), apresentada nas demonstrações financeiras, a Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, ratificado pela Resolução CVM nº 110/2022 para Previdência Privada, Assistência Médica, Indenização por aposentadoria por invalidez e Auxílio funeral. Para a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego no exercício de 2022, a Companhia se utilizou de prestador de serviços especializados para efetuar a avaliação atuarial dos benefícios, para fins de suportar a atualização dos passivos atuariais estimados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros, análises por nossos especialistas atuários sobre:

- Adequacidade aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1);
- Análise das premissas adotadas nas projeções atuariais;
- Análise do método atuarial utilizado no cálculo das obrigações;
- Análise das premissas nas projeções das obrigações à luz das boas práticas e do perfil da Companhia;
- Reuniões virtuais com o atuário da SANASA e os gestores da área de Contabilidade da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos a análise e avaliação da movimentação contábil dos principais componentes do laudo contábil-atuarial entre os exercícios de 2021 e 2022, das obrigações atuariais e dos ativos dos planos de benefícios.

Baseamos nossa conclusão sobre as estimativas registradas no passivo da Companhia, relacionadas a benefícios pós-emprego, nas informações estatísticas contidas no relatório elaborado pelo especialista terceiro contratado pela Companhia.

Em adição aos testes acima, informamos que foi também objeto de nossa avaliação:

- Comparação com as premissas utilizadas no período anterior; e
- Comparação com a frequência da premissa pelo mercado, assim como das boas práticas atuariais.

b) Subvenções governamentais

Conforme divulgado em Nota Explicativa nº 19, a Companhia possui um saldo de receita diferida oriunda de subvenções governamentais destinadas à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, no montante de R\$ 159.501 mil em 31 de dezembro de 2022 (169.452 mil em 31 de dezembro de 2021). Os valores investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida no balanço patrimonial um passivo de igual valor. Este valor vem sendo apropriado ao resultado em base sistemática e racional durante a vida útil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Foram avaliados os critérios de contabilização e apresentação no balanço patrimonial e os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, em atendimento aos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, ratificado pela Resolução CVM nº 96/2022.

Em nossos exames, verificamos que não houve recebimentos de valores relacionados a subvenções nos exercícios de 2022 e 2021. Nós analisamos as movimentações ocorridas no período, que se referem a execução das obras de saneamento e esgoto.

c) Redução ao valor recuperável - Impairment

A Companhia possui registrado o montante em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 1.349.093 mil (em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 1.247.680 mil) referente a ativos imobilizados. A administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação.

Conforme divulgado em Nota Explicativa nº 11 (c), foi desenvolvido pela Companhia um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CVM nº 90/2022, de 20 de maio de 2022. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, a Companhia concluiu não existir indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

Devido à relevância do total do ativo imobilizado da Companhia, e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade e a conclusão da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 18, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em virtude da complexidade e relevância das ações em andamento, além do elevado grau de julgamento requerido na avaliação e estimativas para a mensuração das provisões para passivos contingentes e impacto nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

- Avaliamos, com base em testes, a suficiência das provisões reconhecidas por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração da provisão para passivos contingentes, considerando dados e informações históricas, a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia (obtidas através de procedimentos de confirmação), além do envolvimento de nossos especialistas tributários, trabalhistas e previdenciários na extensão que julgamos necessária para a conclusão das respectivas análises;
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação da provisão para passivos contingentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nós realizamos a leitura e não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2023.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da SANASA foi instituído na reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018. Sua constituição contempla 5 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração, eleitos para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

O CAE tem como objetivo atuar como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas, reportando-se diretamente ao referido Conselho e agindo com autonomia e independência no exercício de suas funções, pautando-se em:

- Opinar sobre a contratação e destituição de auditores independentes;
- Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- Supervisionar as atividades nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- Avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre as políticas e procedimentos de remuneração da administração, uso de ativos da Companhia, e gastos incorridos em nome da Companhia;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e CAE em relação às demonstrações financeiras;
- Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Durante o exercício 2022, o CAE realizou 12 (doze) reuniões, em que foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributárias, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Avaliação da integridade das demonstrações financeiras da Companhia;
- Avaliação dos pontos indicados no relatório circunstanciado de recomendações de melhoria da estrutura de controles internos emitido pela auditoria independente;
- Acompanhamento do plano de atividades da auditoria interna;
- Parecer sobre contratação de serviço extra auditoria;

- Participação nos treinamentos de LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados e no Treinamento Anual de Compliance e Gestão de Riscos Corporativos;
- Apreciação do relatório de recomendações da TATICCA Auditores Independentes S.S., referente ao Relatório de Sustentabilidade 2021, e do cronograma dos trabalhos de ESG, sobre as ações tomadas pertinentes a cada uma das recomendações;
- Parecer sobre a contratação de nova empresa de auditoria independente, para deliberação pelo Conselho de Administração quanto à abertura do processo licitatório, conforme previsto no inciso XIII do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia;
- Avaliação dos temas materiais para o Relatório de Sustentabilidade 2022; e
- Acompanhamento das ações relativas à renegociação de débitos com consumidores inadimplentes do programa "SANASA em Dia".

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia. Com relação à Auditoria Independente, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência. Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia. Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2022 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e ao atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Os membros do CAE analisaram as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Após discussões e esclarecimentos pertinentes, os membros do CAE concluíram que as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Campinas, 15 de março de 2023.

Eder Massoco
Coordenador do CAE

Paulo Cezar Teixeira de Magalhães
Membro do CAE

Paulo de Tarso Lauandos Zakia
Membro do CAE

Roberto Mota Júnior
Membro do CAE

Valdemir Moreira dos Reis Júnior
Membro do CAE